ANAIS XVI CICURV, 2022,P.X-Y
ISSN: 2179-0574

A escola como organização democrática: ações e desafios no contexto da pandemia

Hellenryzia Nunes da Silva[1], Bruno de Oliveira Ribeiro[2]

ryzia.hs@gmail.com, boribeiro@unirv.edu.br
Universidade de Rio Verde

Reitor:
Prof. Me. Alberto Barella Netto

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação:
Prof. Dr. Carlos César E. de Menezes

Editor Geral:
Prof. Dr. Fábio Henrique Baia

Editor de Seção:
Profa. Dra. Andrea Sayuri Silveira Dias Terada
Prof. Dr. Hidelberto Matos Silva

Correspondência:
Profa. Dra. Lidiane Bernardes Faria Vilela

Fomento:
Programa PIBIC/PIVIC UniRV/ CNPq 2021-2022

Resumo: Este resumo expandido foi desenvolvido por meio de observações e pesquisas ocorridas durante a experiência com o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), conciliada com a prática realizada como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), em parceria da Universidade de Rio Verde - UniRV e a Faculdade de Pedagogia, ano de 2021/2022. Teve como objeto de estudo as práticas de gestão democrática de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, localizada no município de Rio Verde - GO, em suas relações de mobilização da comunidade escolar para a construção de valores democráticos na garantia de promover qualidade educacional e pedagógicos nos processos educacionais. As metodologias de pesquisas adotadas foram pesquisas bibliográficas, análise documental e relatos etnográficos realizados por meio da observação participante durante o segundo semestre de 2021, em que o ensino semipresencial e as ações de biossegurança direcionadas à pandemia. Em consequência, alteraram-se as relações cotidianas cuja percepção de assegurar a saúde pública estava em evidência no ambiente escolar, contudo a legislação aprovada e a participação dos cidadãos no envolvimento direto com a escola nem sempre são suficientes para garantir a democratização da escola. Esta perspectiva trouxe a reflexão quanto à escola enquanto instituição burocrática e a importância da discricionariedade para o desenvolvimento da democratização nos espaços escolares, diante ao momento histórico da pandemia em benefício a todos os envolvidos no processo educacional.

Palavras-chave: Gestão democrática. Escola pública. COVID-19.

The school as a democratic organization: actions and challenges in the context of the pandemic

Abstract: This article was developed through observations and research that took place during the experience with the Voluntary Institutional

[1] Graduanda do 8º período de Pedagogia da Universidade de Rio Verde – UniRV e participante do Programa de Iniciação Científica (2021 – 2022).
[2] Professor e orientador, doutor em Ciências Sociais, lotado na Faculdade de Pedagogia da Universidade de Rio Verde – UniRV

Program for Scientific Initiation (PIVIC), reconciled with the practice carried out as a scholarship holder of the Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation (PIBID), in partnership with the Universidade de Rio Verde - UniRV and the Faculty of Pedagogy, year 2021/2022. Its object of study was the democratic management practices of a Municipal Elementary School, located in the municipality of Rio Verde - GO, in its relations of mobilization of the school community for the construction of democratic values in the guarantee of promoting educational and pedagogical quality in the educational processes. The research methodologies adopted were bibliographic research, document analysis and ethnographic reports carried out through participant observation during the second half of 2021, in which blended teaching and biosecurity actions aimed at the pandemic. As a result, everyday relationships have changed, whose perception of ensuring public health was in evidence in the school environment, however the legislation passed and the participation of citizens in direct involvement with the school are not always sufficient to guarantee the democratization of the school. This perspective brought the reflection on the school as a bureaucratic institution and the importance of discretion for the development of democratization in school spaces, given the historic moment of the pandemic for the benefit of all those involved in the educational process.

Key words: Democratic management. Public school. COVID-19.

Introdução

No Brasil, desde o fim da Ditadura Militar (1964 - 1985) a democratização tornou-se uma temática presente na esfera pública nacional. Sendo assim, a construção da escola como espaço democrático é um tema ainda passível de estudos e pesquisas e está presente nos dispositivos legais como Constituição Federal de 1988, em seu artigo 26, inciso VI, em que declara como princípio no ensino brasileiro “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. É inevitável falar sobre a Gestão Democrática Escolar sem resgatar os motivos que levara a idealização da administração pública brasileira e os seus critérios de atender os direitos da população brasileira.

Para Puig (2007), a construção da cultura democrática na ambiência escolar condiz com a capacidade de lidar com conflitos e com o alinhamento dos interesses entre as partes, na intencionalidade de construir valores a partir da educação democrática e participativa.

A partir da concepção de gestão democrática na escola pública, este trabalho descreve, no decorrer do texto, as alternativas de gerenciamento escolar em meio à pandemia COVID-19, entre o período de agosto de 2020 a dezembro de 2021, as principais ações do processo escolar que promoveram maior participação entre docentes, discentes, família e comunidade em geral na perspectiva da gestão participativa e, além disso, analisar as consequências e resultados obtidos por meio dessas ações, a partir do contexto histórico-social.

Esta pesquisa passou por etapas consolidadas em revisão bibliográfica em obras recentes sobre a educação em contexto pandêmico, teóricos e pesquisadores das ciências sociais e da educação sobre os temas Gestão democrática e participativa, estudos sobre a legislação local, documentos relacionados ao Regimento Interno Escolar e Projeto Político-Pedagógico da escola à campo, além do protocolo de biossegurança adotado pelo estado de Goiás e pelo município de Rio Verde e relatórios realizados enquanto bolsista do PIBID.

A proposta de pesquisa é relevante para o conhecimento científico pois a escola é um assunto central para a sociedade contemporânea, que mudou drasticamente com a pandemia e tornou-se a um objeto de grande valia para pensar-se na sistematização da educação, do ensino, da prática, da gestão e de políticas públicas abrangentes.

Material e Métodos

A metodologia de pesquisa adotada foi por meio de relatos etnográficos, revisão bibliográfica em obras sobre gestão democrática e os desafios da educação na pandemia, estudos sobre a legislação educacional, legislação local, documentos da escola como regimento interno e Projeto político- pedagógico e protocolo de biossegurança adotado pelo estado e pelo município.

A primeira etapa constituiu-se no estudo dos documentos que regem a educação brasileira, educação municipal e obras de autores que remetem a temática gestão democrática e participativa, além da vivência e relatórios realizados durante os

programas de iniciação científica PIVIC /UniRV e como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Também houve uma importante participação de grupo de estudo Grupo de Estudos Humanidades (GEH) da faculdade de Pedagogia.

A segunda etapa dedicamos a reflexão dos documentos encontrados e a conciliação de obras de autores, associando a teoria com a prática vivenciada durante os anos de 2021 e 2022. A terceira etapa constitui-se a escrita do trabalho por meio de conclusões encontradas.

Resultados e Discussão

A burocracia existente nos espaços escolares é semelhante à administração de empresas convencionais, contudo o que as diferem da estrutura comum é a sua relação de práticas educativas na formação de pessoas e a sua interação com a diversidade. As relações interpessoais e multiculturais exigem que os membros da organização escolar e, concomitantemente usuários do serviço, tenham condutas éticas e de respeito com relação ao coletivo e sejam atentos às individualidades. Devido a essas características, faz necessário o uso de lei específica como parte norteadora na escola que conduz o reconhecimento de processos educativos próprios na formação dos alunos.

Mesmo depois de várias lutas para alcançar o objetivo de uma escola pública democrática a todos, o período da Primeira República, 1889-1930, foi marcado pelo estágio de organização administrativa educacional semelhante ao que acontece na administração pública. Este período, em sua parte final, foi de reforma na administração do Estado quanto às responsabilidades e estruturas sobre Gestão Escolar é influenciado pela Escola Nova, o Movimento Escola Nova intensificou pensamentos de William James (1909) e John Dewey (1916).

No cenário atual, as escolas públicas municipais são regidas pelo órgão municipal Secretaria Municipal de Educação (SME) e pelo Conselho Municipal de Educação (CME), ambos são supervisionados e coordenados pela administração pública. Isso parte do pressuposto que a escola sofre influência desde a eleição do gestor escolar, dos critérios administrativos que a instituição de ensino possui, como a autonomia administrativa e também das características apresentadas pela comunidade escolar, mantendo assim a estrutura burocrática de processos já previstos na Era Vargas.

Mesmo com parte do funcionamento da escola movida pela burocracia o conceito de gestão democrática vista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) abrange a autonomia da escola na elaboração do Projeto Político Pedagógico de tal forma que esteja garantido a participação da equipe escolar de forma democrática e da comunidade escolar por meio de conselhos escolares, como apresenta as determinações nos artigos 14 e 15 sobre a democracia escolar " I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes."

Embora a escola pública e gratuita brasileira seja acessível a todos perante a lei, a democratização exige ações no cotidiano escolar que, ainda se encontra como grande desafio em pleno século XXI. Por meio de observações realizadas durante o período de 2019 e 2020, foi possível destacar algumas ações que criaram espaços mais democráticos na escola e maior participação da comunidade escolar. Silverman (1970, p. 39) conceitua que "a escola institui um sistema social diverso e complexo com um múltiplo de partes interdependentes."

Libâneo (2009) acredita que a tomada de decisão está no processo central da escola, que são acionados por meio da equipe gestora diante a organização formal da escola. Existem processos que são definidos hierarquicamente pela administração direta, seja a união estados ou municípios, com a participação da comunidade escolar. Elas são caracterizadas por meio de regimento interno, leis, pareceres, instruções realizadas por meio de reuniões, entre outros, conforme a definição como estrutura formal, modelo burocrático ou modelo político. Lima (2011, p.19) descreve que "a inexistência de objetivos consistentes e partilhados por todos, a importância do poder, da luta e do conflito, e um tipo específico de racionalidade - a racionalidade política."

Neste aspecto, a escola possui parte da estrutura já definida baseando-se em parâmetros definidos em legislação específica ou em regimentos internos nas pastas municipais direcionadas à educação da rede pública. Conforme os exemplos no quadro 1, vários processos são definidos pela Secretaria Municipal da Educação ou mesmo equipe gestora da instituição de ensino, sem a consulta prévia dos demais integrantes da comunidade escolar.

QUADRO 1- ORGANIZAÇÃO FORMAL DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS/ PEDAGÓGICOS	DEFINIDO POR:	DIRECIONADO À (AO)
Agrupamento de salas	Equipe gestora	Alunos
Calendário escolar (data de provas, lançamento de notas, avaliação diagnóstica)	Órgão público (SME)	Comunidade escolar
Cardápio escolar	CRADAE (SME- equipe especializada)	Alunos matriculados na rede pública
Escolha dos membros do Conselho Escolar	Membros convidados pela equipe gestora	Comunidade escolar
Organização formal (hierarquia)	Órgão público (SME)	Comunidade escolar
Regimento interno	Equipe gestora	Comunidade escolar

Fonte: Regimentos internos da escola e processos definidos na Secretaria Municipal da Educação

Em consequência da pandemia da COVID-19, a administração escolar se integrou por medidas provisórias do novo modelo de ensino baseadas em aulas remotas em regime de cooperação da família no acompanhamento diário das orientações dadas pela escola, nas quais eram resguardadas com uso de plataformas digitais e redes sociais como WhatsApp e YouTube, portanto, dependentes recursos tecnológicos novos.

A evação escolar foi um dos grandes desafios durante a pandemia da gestão escolar, pois perdemos a universalização do acesso. A atenção redobrada aos grupos minoritários e entre eles, alunos com necessidades especiais, foi motivo de criar novas estratégias para aprimoramento de práticas de tal forma que possa edificar ou desmistificar conceitos existentes e a partir de um olhar sensível e criar ações pedagógicas que abrangem a participação de todos os alunos nas atividades escolares. O papel do gestor escolar perpassa ao pedagógico e ao administrativo. É necessário considerar valores que beneficiam a todos os envolvimentos no processo de ensino-aprendizagem e garantir que a instituição de ensino seja acolhedora e capaz de atender as diversas demandas existentes em consequência da diversidade social e cultural.

Na escola, os alunos da educação inclusiva recebiam acompanhamentos diários pela professora de apoio por meio de videochamadas ou interações realizadas por meio de chamadas telefônicas. Crianças com deficiências que exigem interação social foram mais prejudicadas durante as aulas remotas e por orientações médicas, elas não poderiam ficar muito tempo em frente de telas ou mesmo utilizando tecnologias audiovisuais.

Segundo os dados vistos no Projeto Político-Pedagógico da escola (2022), no ano de 2021 a 2022, a escola atendia 583 alunos nas etapas de educação infantil e ensino fundamental, sendo 24 crianças possuíam diagnóstico médico direcionado a necessidades educativas especiais e 5 crianças ainda estavam em processo de diagnóstico. Entre essas informações, os principios diagnósticos eram Transtorno do Espectro Autista, Sindrome de Down, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), cadeirantes, surdos e baixa visão.

Portanto, existem outros fatores de foram evidenciados diante a esse cenário. Problemas sociais também ficaram em evidência durante a pandemia. Muitas famílias não tiveram condições de adquirir ferramentas tecnológicas ou mesmo investir em acessos à internet, dentre elas, alguns membros ainda perderam seus empregos, passaram por problemas financeiros e de saúde na família. Nesse caso, a educação ficou em segundo plano em uma parte dos lares. Estes relatos foram coletados durante a entrega dos kits merenda, que teve como centro de distribuição, o prédio da escola.

A adaptação da tecnologia e das ferramentas virtuais foi um ponto estratégico para a implementação das aulas e para envolver as famílias nas ações tomadas pela escola como decisões do conselho escolar, planos de ação para reduzir a evasão escolar e assistência da administração pública e escolar, contudo essas ferramentas não eram de fácil acesso de muitas famílias, por falta de acesso à internet de qualidade ou mesmo por não possuírem recursos tecnológicos suficientes para todas os filhos em idade escolar.

Os processos que envolviam a tomada de decisão da equipe gestora continuaram seguindo por meio de reuniões virtuais e encontros presenciais, seguindo os protocolos de biossegurança. Os aspectos informais, mais ligados a sociabilidade foram afetados em demasia, uma vez que o distanciamento social imposto pela pandemia dificulta atividades de sociabilidade.

Referente à vacinação contra a COVID-19, foi realizada em etapas. Primeiramente foi criado uma pesquisa, por meio do formulário Google Forms, sobre o interesse dos funcionários em vacinar contra a doença. Aqueles que informaram que não tinham o interesse em se vacinar, foram direcionados à reeducação sanitária, em processo de conscientização por meio de profissionais da saúde ou para a equipe gestora sobre à importância da vacina para o bem comum.

Na intencionalidade de debater temas relacionados aos grupos minoritários, foi realizado reuniões entre pais e mestres em busca por novas soluções que abarca o momento inabitual, tornando-se uma oportunidade para novos estudos e discussões en-

tre as famílias e os profissionais da educação, conforme o quadro 2.

QUADRO 2 - TEMAS DISCUTIDOS EM REUNIÕES DE PAIS E MESTRES

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS/ PEDAGÓGICOS	PROCESSO DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA	RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO	EQUIPE RESPONSÁVEL PELA TOMADA DE DECISÃO
Como diminuir o índice de evasão escolar?	Busca ativa	Comunidade local, Conselho tutelar e profissionais da educação (professores e equipe gestora)	Pais, escolar e comunidade local.
Quais recursos e métodos podem ser usados durante as aulas remotas?	Pesquisa realizada com as famílias por meio de ligações e videochamadas	Professores e coordenadores	Professores, pais e coordenadores
Como a escola pode contribuir aos alunos da educação durante a pandemia?	Pesquisa realizada com as famílias por meio de ligações e videochamadas	Professores e coordenadores	Pais, professores e coordenadores com parceria com profissionais da saúde.
Como podemos contribuir para os processos de ensino das crianças da educação especial?	Pesquisa realizada com as famílias por meio de ligações em parcerias com ao departamento da educação inclusiva da SME.	SME, professores e coordenadores	Pais, professores e coordenadores com parceria com profissionais da saúde da saúde pública e SME.

Fonte: relatos etnográficos

Houve maior participação e interesse das famílias em busca de diretrizes ou orientações pedagógicas durante o ensino remoto mediadas por uso de tecnologias, em processo participativo e interação entre os profissionais da educação e as famílias. Com o intuito de fortalecer o elo entre comunidade e escola, os processos tornaram-se menos burocráticos, como por exemplo, as relações interpessoais entre os professores, coordenadores e famílias, que ficaram mais diretas. Alguns professores da instituição se dispuseram em horários incomuns do seu trabalho para visitar os alunos ou famílias que estavam ausentes da frequência escolar ou mesmo que apresentaram problemas sociais relacionados ao desemprego, fome ou problemas de saúde[3]. Os processos apresentados no quadro 2 tornaram-se participativos e passiveis de discursos e sugestões de processos vindos da comunidade.

Com o uso de novos canais de atendimento como Instagram interativo, conta institucional de WhatsApp e atendimento pré-agendado na escola, foi possível aumentar o índice de participação da família na escola para esclarecimento de dúvidas ou mesmo para sugestões. A participação da comunidade diante aos projetos na escola foi possível por meio das relações informais ou interpessoais ocorridas ao tentar atender essas famílias em suas dificuldades em ensinar seus filhos e ao permitir a escola fosse democrática ao lidar com situações diversas durante esse período.

Como ações baseadas nos problemas relacionados as faltas e evasão escolar, a escola desenvolveu projeto que buscava reduzir a porcentagem de falta dos alunos do infantil IV e V e do Ensino Fundamental do 1º aos 5 º ano dos anos iniciais. O projeto lançado, cujo nome “Estou presente”, promovida por meio ações como Busca Ativa teve como meta a melhoria da participação dos alunos nas aulas e objetivo principal acompanhar a frequência e a permanência dos alunos nas aulas, que possuíam algumas etapas como processo. Primeiramente o monitoramento de faltas das turmas. Caso a criança faltasse mais de dois dias, a busca ativa é realizada por meio de ligações telefônicas às famílias para a justificativa da falta. Uma premiação ocorria de forma mensal com a entrega do selo do projeto que futuramente poderia ser trocado por premiações.

Após o relatório de faltas, ocorria o monitoramento de faltas por turma e cada professor desenvolvia ações pedagógicas e de conscientização aos alunos para permanecerem nas aulas durante todo o ano letivo, ou seja, dentro do projeto escolar “Estou presente!” ainda existia outros subprojetos para o incentivo de permanência da criança na escola e como conscientização da família na participação direta na escola, ocorria reuniões mensais para a entrega de certificados de 100% de frequência do aluno nas aulas e a parabenizarão da família com o compromisso da criança na escola.

Com a possibilidade de melhorar a comunicação entre a família e a escola, foi disponibilizado canais de atendimento para às famílias para a justificativa de faltas, esclarecimento de dúvidas, denúncias relacionadas aos maus-tratos às crianças matriculadas na escola, apontamentos direcionados à busca ativa e dúvidas relacionadas ao desempenho do aluno durante as práticas pedagógicas.

Isso ocorre por meio de contatos de WhatsApp de professores regentes, coordenadoras pedagógicas, diretora escolar e contatos da escola, além de redes sociais como Instagram e Facebook, que trouxe como consequência, o comprometimento

[3] Os professores que são uma categoria profissional subvalorizada no Brasil teve sua jornada de trabalho alterada e mais atividades atribuídas durante a pandemia, tornando-se mais on-line e com contato maior com as famílias sem que houvesse uma distinção entre vida pessoal e profissional. Um exemplo disso seria a utilização de redes sociais e aplicativos como WhatsApp durante o período de aulas remotas.

do professor nas relações pessoais-profissionais durante o horário de descanso com as mensagens instantâneas de alunos e pais e a necessidade de proteger dados inerentes aos alunos devido a proteção integral da criança e do adolescente, prevista do Estatuto da Criança e do Adolescente (1994).

Conclusão

A escola democrática tem características acolhedoras e passíveis de rever processos e ter o olhar sensível diante as necessidades específicas. Ela acolhe os alunos da educação inclusiva com as suas limitações, com as pessoas de diversas etnias, emigrantes de outros estados e principalmente, aquelas famílias que são passíveis de problemas sociais.

Concerne que a escola como organização democrática ainda é uma meta a ser melhorada. Possível de ser realizada por meio conscientização na formação de professores e na formação continuada de docentes que já atuam em escolas públicas como gestores. Rever políticas educacionais a respeito deste tema possa ser um bom início para novas mudanças na educação pública brasileira.

As ações participativas e democráticas acontecem quando há discricionariedade nas relações interpessoais para resolução de conflitos e atender às necessidades dos alunos. Isso nos faz reconhecer que a autonomia escolar dever perpassar do viés administrativo, financeiro e pedagógico, pois nos atos administrativos discricionários que ocorre a resolução de conflitos gerados no espaço escolar, mediados pela Gestão Escolar no papel de liderança escolar.

Reconhecemos nas novas tecnologia um potencial de ampliar a participação familiar e comunitária na escola, mas ainda carece de maiores regulações sociais e individuais sobre as fronteiras entre espaço público e privado, de outro modo, tende a contribuir para ampliar o trabalho docente. Ao reconhecermos a democracia como um processo, um caminho a ser percorrido, podemos, ao olhar para o período da pandemia na escola aprendermos algo para o processo que deve seguir, de ampliação da democracia, na escola e na sociedade.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade de Rio Verde UniRV/ Campus Rio Verde, à Faculdade de Pedagogia e ao Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC).

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Conselhos escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Ministério da Educação. Portaria Ministerial No 2.896, de 17 de setembro de 2004**. O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Diário Oficial [da] Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 set. 2004b. Seção 2, p. 7-8.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PUIG, Josep Maria et al. **Democracia e participação escolar**: propostas de atividades. São Paulo: Moderna, 2000.

PUIG, Josep Maria; Araújo, Ulisses F. **Educação e Valores**: Pontos e contrapontos. Org. Valéria Amarim Arantes. São Paulo: Summus, 2007.

ROGERS, Wendy; BALLANTYNE, Angela. **Populações especiais: vulnerabilidade e proteção**. RECIIS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde, Rio de Janeiro, v.2, p. 31-41, dez. 2008.

SAVIANI**,** Dermeval. **Escola e democracia**. 42ª ed. campinas, SP: autores associados, 2012.

SILVEMEN, David. **The theory of organizations a sociological framework**. London, Heinemann, 1970.